

BOLETIM CORONAVÍRUS • 03/04

Atualizações diárias da situação nacional sobre o novo coronavírus (Sars-Cov-2)

A semana se encerra com o acirramento da crise interna no Governo em virtude de divergências de posicionamentos do Presidente Jair Bolsonaro e seu núcleo mais próximo e o Ministério da Saúde, com a equipe encabeçada por Luiz Henrique Mandetta. Mesmo com avanço da crise, o Ministro mantém seu posicionamento em favor do isolamento social e reafirma que permanecerá à frente da pasta.

Esta semana, em entrevista a uma emissora de rádio, o Presidente externalizou, pela primeira vez, sua insatisfação com o Ministro. Na mesma entrevista, Bolsonaro sugeriu que poderia autorizar o retorno das atividades comerciais por meio de um decreto. O Presidente voltou a solicitar que os governadores e prefeitos revejam as posições sobre o isolamento. Contudo, reconhece que não conta com apoio popular suficiente para determinar por meio de decreto o retorno do comércio. Este, aliás, tem sido o fio condutor do discurso do Presidente, se voltar para seu eleitorado mais cativo. As críticas de Jair Bolsonaro mostram-se mais ácidas e contundentes. Hoje, o Presidente afirmou que o comércio não suportaria ficar parada por muito mais tempo e continua “apelando” para a dicotomia saúde vs economia, privilegiando a segunda e minimizando a extensão da crise de saúde pública.

Em meio aos julgamentos negativos por parte do Presidente da República, o Ministro Mandetta recebe apoio dos Presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ); do Senado Federal, Davi Alcolumbre (DEM/AP); e de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte, recorrentemente, se manifesta contrariamente à intenção de permitir a retomada das atividades comerciais e escolares.

A radicalização do discurso presidencial reflete-se em pesquisas de opinião divulgadas hoje. A despeito das particularidades de metodologia de cada pesquisa, ao final, os resultados são semelhantes e mostram aumento de rejeição ao Presidente, pessoalmente, e à forma como ele conduz o momento de crise. Em contraposição, percebe-se ampliação do apoio aos Governadores e às medidas adotadas; ao Congresso Nacional, que sempre foi alvo de críticas da população; e ao Ministro da Saúde.

De acordo com os dados apurados, pela primeira vez, desde que tomou posse, Bolsonaro vê a avaliação de sua administração ser avaliada como ruim ou péssima por algo em torno de 40% da população. Em pesquisas anteriores, o índice de rejeição margeava 30%.

Quando o questionamento focaliza a condução do enfrentamento à pandemia, a avaliação ruim ou péssima é ainda maior. Porém, o dado mais significativo das pesquisas são os altos índices de aprovação ao Ministro da Saúde e governadores. É possível imaginar que o Presidente falará, cada vez mais, ao seu eleitorado mais cativo e radical, que já mobiliza manifestações contra os governadores e a favor das flexibilizações das medidas restritivas.

Por fim, importa assinalar a publicação, esta semana, de várias medidas que haviam sido anunciadas pelo Governo e restavam pendentes de publicização. Entre elas, destaca-se a sanção da Lei 13.982/2020, que trata sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC); a Medida Provisória (MPV) 936/2020, que Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; e a MPV 938/2020, que dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE

e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

CASOS Até o momento, o Ministério da Saúde registrou **9.056 casos confirmados** de COVID-19 no Brasil. Há **359 óbitos** registrados, o que representa uma taxa de letalidade de 4,0%.

DIAGNÓSTICO A Anvisa publicou Resolução ([link](#)) determinando que importações de produtos para diagnóstico in vitro da COVID-19 poderão ser realizadas por meio das modalidades de Licenciamento de Importação (SISCOMEX) e Remessa Expressa.

EUA Ontem (02), o Ministro Luiz Henrique Mandetta se reuniu com o embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil, Todd C. Chapman, para tratar de parcerias na área da saúde entre os países no enfrentamento da pandemia. O objetivo é unir esforços na área de produção de insumos e equipamentos.

GRIFE Por solicitação do Ministério da Infraestrutura, o Ministério da Saúde incluiu os caminhoneiros, portuários e motoristas de transporte coletivo como categorias essenciais para entrar na segunda fase da campanha de vacinação, que começará dia 16/04.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

AUXÍLIO EMERGENCIAL Ontem (02), em edição extra do DOU, o Presidente sancionou a Lei ([link](#)) que permite o auxílio emergencial de R\$600 por mês a trabalhadores informais.

MPV 938/2020 Também em edição extra do DOU, o Governo publicou Medida Provisória ([link](#)) que dispõe sobre o apoio financeiro pela União aos entes federativos em razão da emergência de saúde pública.

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO Ainda na edição extra, foram publicadas as Medidas Provisórias 937 e 939 a 942/2020 ([link](#)), abrindo crédito em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, e de diversos Ministérios para enfrentamento do novo coronavírus.

TELETRABALHO Diversos órgãos do Governo continuam a realizar ajustes em seus regimentos para definir o teletrabalho. Hoje, o CADE alterou seu Regimento Interno ([link](#)) para prever e regulamentar a realização de Sessão de Julgamento por meio virtual. Já o MCTIC publicou Portaria ([link](#)) prorrogando a vigência da normativa que estabeleceu o trabalho remoto.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

ISENÇÃO O Ministério publicou Resolução ([link](#)) ampliando a lista de mercadorias cujo Imposto de Importação foi zerado temporariamente para facilitar o combate á pandemia.

PRAZO Em edição extra do DOU, o Ministério publicou Portaria ([link](#)) prorrogando o prazo para o recolhimento de tributos federais. Também foi publicada Instrução Normativa ([link](#)) prorrogando o prazo da apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

PROAGRO O MAPA publicou Resolução ([link](#)) estabelecendo medidas de caráter emergencial para os procedimentos de comunicação de perdas, de comprovação de perdas e de cálculo de coberturas para as operações enquadradas no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

ESTRANGEIROS O MJSP publicou Portaria ([link](#)) prorrogando, por trinta dias, a restrição para entrada no país de estrangeiros provenientes de países da América do Sul, conforme recomendação da Anvisa. A medida vale para estrangeiros vindos da Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname e Uruguai, por via terrestre e rodoviária.

ACADEMIAS A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) elaborou Nota Técnica ([link](#)) com o objetivo de orientar e tratar dos efeitos jurídicos nas relações entre consumidores e academia ou centros de atividade física.

EPI Ontem (02), a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) divulgou Manual ([link](#)) para direcionar e dar recomendações às Instituições de Segurança Pública de todas as Unidades Federativas sobre a atuação dos agentes em frente às ocorrências de suspeita de coronavírus.

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

REQUISIÇÃO O Governo Federal publicou Decreto ([link](#)) autorizando o Ministério da Infraestrutura a requisitar bens e serviços de empresas públicas vinculadas ao Ministério, durante o período de calamidade pública.

AÉREAS O Ministro Tarcísio de Freitas se reuniu com representantes da Latam, Gol e Azul para tratar do aprimoramento da malha essencial de voos que atendem as principais cidades brasileiras durante a pandemia.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MERCOSUL Na segunda-feira (30), o Conselho do Mercado Comum, órgão superior do Mercosul, aprovou a destinação imediata de cerca de US\$ 6 milhões do seu fundo de desenvolvimento (FOCEM) para iniciativa de combate à Covid-19 nos quatro países do bloco. No Brasil, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) receberá US\$ 1,3 milhão. Adicionalmente, foi aprovado um fundo reserva de US\$ 10 milhões também destinado ao combate à pandemia.